

Para Sarney, a abertura precisa do apoio do MDB

Das sucursais

RIO — Ao governo, através do seu dispositivo político, cabe a iniciativa exclusiva de propor um projeto de reformas para a restauração democrática, abrindo o diálogo com a oposição. Mas o governo não pode realizar as mudanças estruturais no regime sem a adesão de toda ou de parte da oposição.

E com esta colocação tática que o senador José Sarney vai iniciar o exercício efetivo das funções de articulador do governo, entrosado no dispositivo naturalmente comandado pelo futuro ministro da Justiça, senador Petrônio Portella.

Mas, se o presidente da Arena é uma peça do Sistema e perfeitamente solidário com os objetivos finais jurados pelo próximo presidente João Baptista Figueiredo, fica evidente que há profundas diferenças na maneira de conduzi-lo.

Até mesmo porque a tese do senador José Sarney tem os seus toques de originalidade. E busca sua sustentação teórica num raciocínio bem elaborado, a que não falta a sutileza da sofisticação. Estabelece o presidente do partido oficial premissas diferenciadoras. O presidente Ernesto Geisel comandou a implantação da abertura política numa iniciativa marcada pela ruptura do arbítrio. Por isso mesmo, se o presidente desejou mas não obteve o apoio do MDB para imprimir um sentido mais alto de consenso nacional às reformas iniciais que revogaram o AI-5 e abriram os caminhos que agora serão alargados, ele pode dispensar uma colaboração que seria bem-vinda. Mas, fundamentalmente, as reformas que quebraram tabus foram um gesto de renúncia a poderes excepcionais. Só ao presidente, como representante do poder revolucionário, competia abrir mão deles, como juiz único da oportunidade.

Ainda se pode lamentar que o MDB não tenha participado do ato inaugural de novos tempos, pois que a presença da oposição teria possibilitado avanços consideráveis.

Agora, porém, o quadro é outro. O presidente Figueiredo não dispõe de

poderes excepcionais a renunciar. Mas cabe-lhe presidir a segunda etapa do processo de institucionalização do regime restaurado na sua plenitude democrática. Esta não é uma tarefa que o governo possa ou deva empreender sozinho, isolado por desconfianças, mas uma empreitada que a classe política deve realizar, pela via congressual e através da negociação. Na etapa que vamos começar a viver dentro de pouco mais de um mês, a legitimidade do edifício a ser construído estará muito condicionada à adesão da opinião pública, traduzida pela sua representação política.

Isto quer dizer que o governo deve perseguir o entendimento até as últimas consequências, procurando o MDB, assumindo a responsabilidade da iniciativa. Mas nunca assumir sozinho a tarefa de aprovar as reformas, apenas com o voto da Arena.

Só há uma via a ser percorrida que é a da articulação política. Ela, e nenhuma outra, conduz à ampliação e consolidação da abertura.

Se é necessário o exemplo objetivo, o presidente da Arena indica a anistia. Ela é agora, e mais do que nunca, uma pedra a estorvar o livre trânsito político. Está engastada na plataforma do MDB como um tema sedutor para uma sociedade que se fartou da vingança e da violência e que clama pelo perdão pacificador. E, ao mesmo tempo, foi encampada pelo general Figueiredo em diversos e reiterados pronunciamentos. Mas a sua viabilidade está condicionada ao encontro de uma fórmula de entendimento, de um projeto que o Congresso possa aprovar com os sufrágios indispensáveis do MDB. Se o MDB fechar questão, tângido pelo passionalismo dos radicais, simplesmente não se poderá aprovar anistia nenhuma. Até que o bom senso recrie as condições para o entendimento interpartidário.

O governo deve negociar tudo, cada projeto. Mas jamais assumir sozinho o quinhão de responsabilidade que há de ser repartido com o MDB, enquanto representante de largas parcelas da opinião nacional.

V.B.C.